

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Rui Falcão: Manifestações tornaram o PT mais mobilizado para os movimentos sociais

22/07/2013

O presidente nacional do PT, Rui Falcão, concedeu entrevista ao jornalista Cristian Klein do Valor Econômico, que foi publicada na edição desta terça-feira (23).

Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

Valor: Caso Eduardo Campos seja candidato à Presidência, a tendência é que o PT rompa a aliança nos Estados onde o PSB é governo?

Rui Falcão: Primeiro esta possibilidade não está posta ainda, mas o que nós vamos estabelecer – e já estabelecemos – é que em todos os Estados haverá pelo menos um palanque para a candidatura da Dilma. Pelo menos um. Em outros lugares, pode ter dois, três. Nunca um Estado sem palanque.

Ou seja, se Eduardo Campos se lançar, vai ter concorrência do PT em todos os Estados.

A Dilma terá palanque em todos os Estados. Tire suas conclusões...

Quando isso foi definido?

Nunca falei deste jeito assim. Eu sempre falei que nós temos que construir palanques fortes nos Estados e tal. A consequência disso é que precisamos ter pelo menos um palanque da Dilma em cada Estado, em São Paulo, Minas. Não é por causa de Eduardo Campos – podemos ter palanque com ele lá, com o Cid Gomes... O governador do Espírito Santo [Renato Casagrande] me procurou para dizer que, mesmo que Eduardo Campos seja candidato – não fui eu que o procurei, foi ele que me procurou – vai ter palanque para a Dilma lá.

Ele disse isso?

Não disse que vai apoiar a Dilma, mas que a Dilma vai ter palanque. O vice-governador hoje é do PT. E não disse que vai ter palanque do Eduardo Campos. Ele não fará palanque para ninguém. Porque ele vai estar comprometido com o PT, com o PMDB e tal.

Se Dilma e Campos estiverem na disputa, Casagrande não dará palanque a eles?

O governador do Espírito Santo não vai ao palanque de nenhum candidato. Nem do Eduardo Campos.

A pré-candidatura do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ao governo de São Paulo ficou enfraquecida por causa da polêmica em torno do programa Mais Médicos? Ele pode desistir de concorrer?

O diretório estadual quer ter uma definição de candidaturas até 10 de agosto. Vai realizar inclusive encontro em Bauru, nos dias 8 e 9. Acho que eles gostariam, neste prazo, de ter uma solução. Tudo estava encaminhando para que o ministro Padilha fosse o nosso candidato, pela qualidade dele e pelo tipo de adesão que ele já conquistou em São Paulo. Com as manifestações, houve uma espécie de interrupção, não só da definição de São Paulo mas também do movimento de consolidação de alianças em outros Estados.

E o programa, prejudica?

O Mais Médicos já está em andamento. Longe de ser um fator que impedisse a candidatura do Padilha, pode ser um fator que reforce. Porque o famoso debate de que ele precisaria de uma marca... esta seria uma marca.

Mas é um tema que divide a população, segundo pesquisas.

É, mas quando começarem a chegar os médicos, isso aí vai mudando completamente.

O debate sobre as candidaturas está em outro estágio depois das manifestações?

Não estamos retomando com outras candidaturas. Por exemplo: o pessoal parou de falar da candidatura do [senador] Lindbergh [Farias], se vai retirá-la, se não vai retirá-la... Nós sempre falamos que é uma candidatura para valer. Irreversível. O que as manifestações afetaram a candidatura Lindbergh? Afetaram positivamente. No caso do Padilha, nem positivamente, nem negativamente.

Como os protestos afetaram o PT?

Acho que nos levou a fazer uma reflexão maior sobre as nossas formas de contato com a população, de que a gente deveria estar cada dia mais junto dos movimentos sociais, porque nós os consideramos nossa linha de frente e nossa retaguarda estratégica. Então, eu fiz um esforço muito grande para estar mais presente nas atividades dos sem-terra. Fui, há cerca de um mês, a uma reunião da coordenação deles de todo o país, aqui em Guararema. Pedi que a presidenta os recebesse, e ela os recebeu. Tenho mantido contatos sistemáticos com a direção da CUT. [Com] a Juventude [do PT] também temos nos reunido com mais frequência. Estamos apoiando a realização da segunda Jornada de Lutas da Juventude, prevista para 28 de agosto a 7 de setembro. Deu uma boa sacudida no PT com relação a isso [aos movimentos sociais].

As manifestações mudaram o PT?

Elas tornaram o PT mais mobilizado para os movimentos sociais.

As críticas da base aliada ao distanciamento de Dilma já eram grandes antes dos protestos. Com a queda da popularidade da presidente, esta insatisfação não aumentou?

Ao contrário, depois das manifestações, ela iniciou uma série de contatos e audiências, com vários setores da sociedade, com os partidos políticos e com o próprio PT também. Se

reclamação pudesse haver, seria ao período anterior. Não agora, que os contatos têm sido diários. Na sexta-feira mesmo, ela esteve com o movimento negro, com setores empresariais, mas já havia recebido o pessoal do campo, dos movimentos dos sem-terra, de moradia, de juventude, da comunidade LGBT, a coordenação da bancada do PT, os presidentes dos partidos.

Ela mudou?

Eu acho que ela, como sempre ouviu, passou a ouvir mais ainda. E nos disse, agora na carta ao diretório nacional, que além de ouvir é preciso fazer.

Há petistas que defendem o apoio do governo a certos empresários sob a justificativa de que o país precisa eleger seus “campeões” para competir com grandes conglomerados estrangeiros. O declínio de Eike Batista reflete uma escolha errada?

Primeiro que não sou eu que escolho. Isso é uma política do BNDES e tem outras empresas bem-sucedidas. O próprio Eike está dizendo que tem possibilidade de recuperação. Esse para mim não é o centro da questão. O fato é que estamos com a economia, comparativamente a outras, bem situada; a inflação neste mês tem curva de declínio; a geração de empregos continua firme; a valorização do dólar, se por um lado, poderia funcionar como fator de pressão sobre a inflação, por outro lado, abriu caminho para dar mais competitividade nas nossas exportações. Então, o que está mais na ordem do dia é viabilizar estes cinco pactos que a presidenta apresentou ao país: a estabilidade fiscal, a melhora na saúde, educação e mobilidade urbana e o cerne, que é o pacto contra a corrupção e a favor da reforma política via plebiscito. Essa é a questão hoje que mobiliza o país e atende à famosa voz das ruas.

O plebiscito não está enterrado?

Não considero a questão liquidada. Temos a possibilidade do decreto legislativo, com 171 assinaturas, os prazos são viáveis, e você pode colocar, seja pelo Congresso, seja por iniciativa popular, que o plebiscito consulte a população se ela quer ou não a Constituinte exclusiva.

Mas a ideia da Constituinte já não foi abortada, por ser inconstitucional?

Na nossa proposta de emenda [à Constituição] por projeto de iniciativa popular, que está na praça desde 1º de maio, um dos itens é a convocação de uma Constituinte exclusiva. O [ex-presidente] Fernando Henrique, em 1998, propôs uma Constituinte exclusiva – depois foi dissuadido – para as reformas tributária, política e do Judiciário. Itamar propôs também. Então, você não convoca Constituinte só em momentos de ruptura.

Fonte: Portal PT